

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 11 de fevereiro de 2019 às 07h46*  
*Seleção de Notícias*

## Terra - Notícias | BR

Patentes

<b>EXCLUSIVO-Depósito judicial da Bayer por soja fica abaixo do acordado, dizem produtores de MT .....</b>	<b>3</b>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------

ECONOMIA | JOSÉ ROBERTO GOMES

## Abipti | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Aberta consulta pública sobre diretrizes de exames de patentes em biotecnologia .....</b>	<b>5</b>
----------------------------------------------------------------------------------------------	----------

Marco regulatório | INPI

<b>INPI e Governo Britânico discutem nova fase de cooperação .....</b>	<b>6</b>
------------------------------------------------------------------------	----------

## Revista Pesquisa Fapesp Online | SP

ABPI

<b>Um mapa dos obstáculos .....</b>	<b>7</b>
-------------------------------------	----------

FABRÍCIO MARQUES

## TecMundo.com | BR

Direitos Autorais

<b>Google: reforma do copyright vai diminuir 45% do tráfego em sites europeus .....</b>	<b>10</b>
-----------------------------------------------------------------------------------------	-----------

## EXCLUSIVO-Depósito judicial da Bayer por soja fica abaixo do acordado, dizem produtores de MT

ECONOMIA

A gigante do agronegócio e químicos Bayer depositou em juízo uma parcela inferior à determinada pela Justiça em um caso envolvendo pagamento de royalties da semente de soja transgênia Intacta RR2 Pro, disseram produtores.

De acordo com um documento visto pela Reuters, de julho a dezembro do ano passado, foram depositados 11,22 milhões de reais em royalties, um valor ínfimo perto do total pago à empresa pelos produtores de soja de Mato Grosso pela aquisição da semente.

Os depósitos, informados à 2ª Vara Federal Cível em Mato Grosso, representam "apenas" 4 por cento do total pago pelos agricultores, disse a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado (Aprosoja-MT).

O caso é mais um capítulo do processo iniciado após a Aprosoja-MT mover uma ação contra a companhia pedindo o cancelamento da patente da Intacta, que pertencia à antiga Monsanto, companhia adquirida no ano passado pela Bayer.

No fim de 2017, a Aprosoja-MT foi à Justiça Federal, alegando que o registro da **patente** não estaria cumprindo os requisitos legais previstos na Lei de Propriedade Industrial.

Em julho último, o juiz responsável pelo caso ordenou que os royalties pagos pelos sojicultores fossem depositados pela Bayer em juízo até o fim do litígio da patente, algo estimado em 800 milhões de reais pelos produtores, considerando-se não só os da Aprosoja-MT.

A decisão vale apenas para a Intacta RR2 Pro, cuja proteção vai até outubro de 2022.

Em sua petição, a Bayer, ainda usando a nomenclatura Monsanto, disse que depositou entre 13 de julho, dias após a decisão judicial, e 31 de outubro um total de 8,07 milhões de reais, enquanto de 1º de novembro a 31 de dezembro, outros 3,15 milhões de reais.

"A Monsanto vem, por intermédio da presente manifestação, apresentar o comprovante de depósito judicial... referente ao percentual de 4 por cento da receita líquida dos royalties referente à exploração da patente PI0016460-7 pagos pelos produtores rurais associados", informou em sua petição.

Procurada para se pronunciar sobre o assunto, a Bayer não comentou a irregularidade apontada pelos produtores, frisando que "depositou o valor dos royalties em juízo, em cumprimento à decisão judicial".

A Bayer disse ainda que "permanece segura quanto à validade de suas **patentes** e dos demais direitos relativos à tecnologia Intacta RR2 Pro".

"É importante reiterar que não existia soja com proteção contra lagartas antes do lançamento desta tecnologia, há apenas cinco safras. Esta inovação é reconhecida por dezenas de milhares de produtores rurais que optaram por utilizá-la em razão dos benefícios trazidos pela mesma", disse a Bayer em nota.

Continuação: EXCLUSIVO-Depósito judicial da Bayer por soja fica abaixo do acordado, dizem produtores de MT

Também em comunicado, a Aprosoja-MT disse que "enquanto os produtores rurais seguiram cumprindo sua parte realizando os pagamentos, novamente a empresa demonstra desrespeito e falta de transparência não realizando o pagamento conforme determinado pelo Judiciário".

Mato Grosso é o maior produtor de soja do Brasil, devendo colher neste ano mais de 30 milhões de toneladas da oleaginosa, ou mais de um quarto do total nacional.

## Aberta consulta pública sobre diretrizes de exames de patentes em biotecnologia



Acesse o formulário eletrônico para participar da consulta pública.

O post Aberta consulta pública sobre diretrizes de exames de patentes em **biotecnologia** apareceu primeiro em ABIPTI.

O **INPI** iniciou consulta pública sobre a nova versão das diretrizes de exame de pedidos de patente na área de **biotecnologia**. A consulta foi publicada no Diário Oficial da União desta última quarta-feira (06/02) e fica aberta pelo prazo de 60 dias.

O novo texto traz alterações em alguns itens das Diretrizes vigentes na Resolução **INPI/PR** Nº 144/2015, publicada na RPI nº 2306, de 17/03/2015.

Os interessados devem enviar as sugestões para o e-mail [saesp@inpi.gov.br](mailto:saesp@inpi.gov.br). Após o prazo, o **INPI** apresentará as propostas recebidas durante a consulta pública e o texto definitivo das diretrizes.

Veja a publicação no Diário Oficial da União.

Confira a página da consulta pública com a proposta de novas diretrizes de exame de pedido de patentes em **biotecnologia**.

## INPI e Governo Britânico discutem nova fase de cooperação

Nesta semana, dia 6 de fevereiro, o **INPI** recebeu Angélica Garcia, do Consulado-Geral Britânico em São Paulo, e Sílvio Aquino, da Embaixada da Grã-Bretanha no Brasil, para tratar da Fase 2 da cooperação com o Governo Britânico, por meio de suporte financeiro do Prosperity Fund. O objetivo da cooperação é a melhoria da prestação de serviços pelo Instituto.

Na reunião, foram debatidos os parâmetros para construção de um futuro termo de referência para

contratação de consultoria, a fim de mapear os **processos de patentes** e indicar as diretrizes que servirão de base para a próxima etapa do projeto previsto com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

(**INPI**)

O post **INPI** e Governo Britânico discutem nova fase de cooperação apareceu primeiro em ABIPTI.

## Um mapa dos obstáculos

Um diagnóstico inquietante sobre o impacto da inovação e da proteção à **propriedade intelectual** no desenvolvimento do país foi divulgado em dezembro por um grupo de economistas. A análise, encomendada pela Associação Brasileira da **Propriedade Intelectual (ABPI)**, revela um panorama difícil de alterar, em que as empresas brasileiras em geral inovam pouco, e as estrangeiras se interessam de modo crescente em registrar patentes e marcas no mercado brasileiro - o que indica tanto a importância da proteção à propriedade intelectual quanto o seu uso ainda restrito no sistema produtivo do país. Também reitera as dificuldades de corrigir antigas distorções. Universidades públicas e inventores individuais seguem desempenhando no Brasil um papel proeminente no registro de patentes, enquanto em países desenvolvidos esse protagonismo é típico das empresas. Os pedidos de patentes no país continuam a demorar um tempo exagerado para serem avaliados - em média, 10 anos - e crescem a uma taxa muito mais lenta que em nações emergentes. Entre 2000 e 2016, o número de pedidos de patentes de invenção em todo o mundo mais que dobrou, passando de 1,4 milhão para 3,1 milhões. Já no Brasil, subiu de 17.258 pedidos em 2000 para 25.658 em 2017.

"Estamos nos atrasando cada vez mais em relação a países que competem diretamente com nossa indústria no mercado mundial", afirma Antonio Marcio Buainain, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ele organizou o estudo, intitulado "Propriedade intelectual, inovação e desenvolvimento: Desafios para o Brasil", juntamente com Roney Fraga Souza, professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). "Aos poucos, estamos nos consolidando como um produtor de commodities, posição claramente incompatível com as condições socioeconômicas e demográficas do Brasil", observa Buainain. A dificuldade fica mais evidente quando se compara o desempenho do país a algumas economias emergentes:

no final da década de 1970 o número de patentes de origem brasileira depositadas nos Estados Unidos era três vezes superior ao da Coreia do Sul - em 2013, o país asiático depositou no escritório norte-americano 43,5 vezes mais patentes que o Brasil.

Um destaque positivo são os resultados de um levantamento feito por Buainain e Fraga Souza com 4 milhões de currículos acadêmicos na plataforma Lattes. Nesse universo, foram encontrados 15.607 pesquisadores que informaram atividade no campo da proteção à propriedade intelectual: eles depositaram 27.837 pedidos de patentes e tiveram 10.552 patentes concedidas. Observou-se que 84,5% desses pesquisadores exibiam uma produtividade acadêmica elevada, com média de 27 artigos publicados. Segundo o estudo, estes pesquisadores estão longe do estereótipo que contrapõe cientistas de perfil acadêmico aos de perfil mais pragmático, que estariam mais próximos do mercado, interessados em inovar e patentear. "Na verdade, os resultados revelam que os pesquisadores mais acadêmicos são justamente os que mais depositam patentes, e que não há um trade off entre publicar e gerar patentes. Não é de estranhar, uma vez que as patentes têm como base justamente o conhecimento e a experiência acumulados pelos pesquisadores em seus estudos", diz Buainain. "Esta constatação é como uma pá de cal sobre os argumentos de forças do atraso que se opõem ao estreitamento dos vínculos universidade/empresa, segundo os quais os pesquisadores canalizarão seus esforços para fins privados em detrimento da geração de conhecimento de interesse mais comum", completa. Segundo o economista, o discurso contrário à interação pode ser ouvido nos debates sobre a nova legislação de ciência e tecnologia e inovação, regulamentada no ano passado, na voz de associações de docentes e alguns pesquisadores.

O levantamento estimou o impacto das publicações dos pesquisadores com patentes e constatou que elas geram cinco vezes mais citações que entre pesquisadores sem patentes. Esses talentos, contudo, são

Continuação: Um mapa dos obstáculos

pouco absorvidos pelo setor empresarial. Menos de 10% dos pesquisadores com patentes trabalham em atividades de P&D nas empresas, 73% trabalham nas universidades e 15% em institutos de pesquisa, públicos ou privados. "Pesquisadores das universidades e instituições de ensino do Brasil são responsáveis por aproximadamente dois terços das patentes concedidas no país, mesmo muitas dessas universidades não dispoendo de suporte institucional para auxiliar no processo de patenteamento", diz Roney Fraga Souza.

Segundo o economista Marcelo Pinho, do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), um estudo feito em 2013 por pesquisadores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) da Universidade de São Paulo (USP) havia analisado a conexão entre a produção de artigos científicos e de patentes em um grupo de 316 pesquisadores das áreas de ciências exatas e da Terra, mas não observou uma relação de causa e efeito. "Embora seja claro que pesquisadores que interagem mais com empresas são academicamente mais produtivos, isso não implica que a maior produção científica seja ela mesma um resultado da interação com as empresas", explica. "O mais provável é que pesquisadores mais competentes sejam capazes de obter melhores resultados tanto no campo da pesquisa científica quanto no das atividades de interação com as empresas."

Um balanço sobre a origem das patentes brasileiras revela uma forte vinculação com setores tradicionais da economia, como a construção civil e a produção de máquinas para os segmentos de petróleo e gás, eletricidade e agronegócio, sem conexão com áreas de fronteira. "O Brasil parece fora da nova economia, e não aparece com relevância em nenhuma das áreas-chave da chamada indústria 4.0, em que a produção é fortemente automatizada e ligada à internet", afirma Buainain. Para Marcelo Pinho, da UFSCar, o padrão dos registros de patente no Brasil é resultado da estrutura produtiva do país e sua inserção no co-

mércio internacional. Ele observa que os setores mais dinâmicos tecnologicamente têm menor peso no Brasil do que em outros países e, mesmo nesses setores, geralmente a produção nacional está voltada ao mercado interno e se concentra em atividades e elos da cadeia de valor menos intensivos em tecnologia. "Por fim, as empresas que têm posições dominantes nesses setores são multinacionais que concentram a maior parte do seu P&D fora do país. Não seria mesmo de esperar que o Brasil tivesse uma posição de destaque na geração de patentes na chamada nova economia", afirma.

O estudo registrou um avanço notável da proteção à propriedade intelectual dentro das universidades, graças à disseminação dos núcleos de **inovação tecnológica** (NIT), encarregados de identificar resultados de pesquisa com interesse comercial e buscar licenciamento com empresas. Essa proatividade das universidades sobressai em alguns estados, com o surgimento de polos em Santa Catarina, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Ceará, ainda que 70% do total de pedidos de patentes em 2017 se concentre em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Buainain enxerga exageros nessa tendência. "O papel da universidade é gerar conhecimento e tecnologia e facilitar a sua difusão. Mas não cabe a ela produzir inovação de forma relevante, e sim às empresas."

Para o biólogo Antonio Carlos Marques, coordenador da Agência USP de Inovação, é injusto atribuir exclusivamente aos NITs o exagero no estímulo ao registro de patentes. "A métrica do registro de patentes é muito valorizada em todo o sistema: por exemplo, para ganhar uma bolsa de produtividade do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] ou para melhorar a classificação de um programa de pós-graduação, além de ser enaltecida pela mídia", diz. "Deveríamos estar olhando para a efetividade do processo de inovação. Das patentes depositadas, quantas foram de fato outorgadas e transferidas à sociedade em contratos de licenciamento? Como cada uma delas colabora,



Continuação: Um mapa dos obstáculos

efetivamente, para o benefício socioeconômico ou ambiental do país? Para usar uma analogia, um pedido de depósito de patente é comparável a um manuscrito submetido a uma revista científica, e uma patente concedida mas não licenciada se compara a um paper publicado em revista indexada mas que nunca foi citado."

Na avaliação de Antonio Marcio Buainain, universidades e empresas do Brasil se dedicam a atividades de inovação em movimentos autônomos e paralelos, que raramente dialogam entre si. "A universidade vai gerando patentes, trabalhadas pelos seus escritórios de propriedade intelectual e oferecidas às empresas. Ocasionalmente, as empresas se interessam por algo e estabelecem algum contrato, mas é cada um no seu quadrado", afirma. Nas universidades e institutos de pesquisa públicos, segundo o trabalho, houve avanços nos últimos anos em boa medida porque o sistema aumenta de tamanho desde os anos 1990, com um número crescente de pesquisadores em atividade. Já o setor privado segue uma lógica diferente e bastante particular. "As empresas brasileiras inovam em geral comprando tecnologia. O perfil é incorporar novidades que já estão em uso em mercados nacional e mundial e, portanto, só são inovação para a própria empresa. Não é o tipo de inovação que garante ao segmento industrial brasileiro alguma liderança ou autonomia no mercado internacional."

Segundo o economista da Unicamp, a aversão ao risco é uma estratégia racional e combina com o contexto em que as empresas atuam. "A estabilidade da economia após o Plano Real foi relativa", diz, referindo-se às oscilações no câmbio nos últimos 20 anos e às alterações nos marcos regulatórios do petróleo e do setor elétrico. "Mesmo a inflação foi cinco vezes maior do que a média dos países mais industrializados", explica. "O empresariado brasileiro é habilidoso para enfrentar crises e sobreviver no ambiente de incerteza e instabilidade, mas avesso ao risco inerente à inovação."

O Brasil não se encontra em situação favorável para explorar a inovação aberta, mostra o estudo

Em um movimento recente, a proteção à propriedade intelectual está perdendo parte da importância que tinha no passado com o advento das redes abertas de conhecimento. Nelas, o desenvolvimento de conhecimento e de tecnologia é feito de forma aberta e colaborativa e a rapidez na obtenção de inovações que logo são superadas por outras torna dispensável o esforço de registrar patentes. "O valor de negócios da era digital, como o Uber ou o Airbnb, não está em seu portfólio de patentes, mas no conhecimento acumulado e em sua capacidade de gerar aplicações que os concorrentes não conseguem reproduzir com facilidade", explica. O Brasil, mostra o estudo, não se encontra em situação favorável na exploração da inovação aberta. "A open innovation depende de um ambiente de elevado adensamento de circulação de conhecimento, envolvendo universidades e empresas, que é pouco desenvolvido no país, além de investimentos vultosos de capital de risco."

O trabalho vê com otimismo a regulamentação da nova legislação sobre ciência, tecnologia e inovação no país, que garante segurança jurídica para parcerias entre universidades e empresas (ver Pesquisa FAPESP nº 265). Além de dar melhores condições de operação ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) que historicamente tem dificuldades em avaliar de forma rápida pedidos de patentes, os autores sugerem mais atenção ao registro de marcas, que são sub-utilizadas pelas empresas, e ao uso da chamada **indicação geográfica**, instrumento jurídico de propriedade intelectual que em vários países é usado para agregar aos produtos atributos como sua procedência, além da história ou da cultura de uma região. No ano passado, o **INPI** contava apenas 49 indicações de procedência, envolvendo por exemplo, cafés, queijos, vinhos e aguardentes.

## Google: reforma do copyright vai diminuir 45% do tráfego em sites europeus

A União Europeia (EU) segue discutindo uma nova legislação de **direitos autorais** que pode afetar bastante as gigantes da tecnologia e a navegação na web em geral. Plataformas como o Google e o Facebook teriam que pagar pelos direitos de exibição de imagens, por exemplo. A aprovação do texto final está prevista para março ou abril e o grupo de Mountain View, assim como políticos e outras companhias europeias, vem aumentando o coro contra as mudanças.

Kent Walker, vice-presidente sênior de Negócios Globais, publicou uma carta aberta explicando as razões pelas quais a Gigante das Buscas é contra o documento. Ele cita dois artigos em especial, o 11 e o 13. O Artigo 11 limita a possibilidade de páginas de buscas ou sites relacionados a notícias de exibir trechos ou fotos de artigos, por exemplo.

No experimento feito pela Google, sem a visualização de prévias os usuários buscaram por sites que não são de notícias

De acordo com os próprios experimentos da Google, o impacto de exibir apenas URLs, fragmentos muito curtos de títulos e nenhuma imagem de visualização seria uma "perda substancial de tráfego para os editores de notícias". "Mesmo em uma versão moderada do experimento que fizemos (em que eram mostrados o título, a URL e miniaturas de vídeo), houve redução de 45% no tráfego. Isso mostra que muitos usuários buscaram sites que não são de notícias", comenta Walker.

Google ilustra como ficaria suas buscas caso a Reforma dos **Direitos Autorais** estivesse em vigor na Europa. Para a UE, o Artigo 11 é uma forma justa de

compensar financeiramente os criadores por sua propriedade intelectual. Entretanto, opositores argumentam que isso pode trazer uma disputa selvagem entre as grandes editoras - e, ao invés de proteger o jornalismo de qualidade, a medida pode ameaçar a liberdade de expressão.

O Artigo 13 também incomoda bastante a Google

O Artigo 13 é igualmente temido pelas gigantes da tecnologia porque com ele as plataformas serão responsáveis por monitorar o comportamento de seus usuários para impedir a violação de **direitos autorais**, antes mesmo que elas aconteçam. Ou seja, tudo o que você postar publicamente estará sujeito a censura caso haja suspeita de violação de copyright e há até mesmo planos de um "filtro de upload".

França quer que todas as plataformas monitorem o conteúdo que seus usuários postam para impedi-los de publicar algo que viole os **direitos autorais**

Algo semelhante foi testado na Espanha e na Alemanha em 2014 e não deu certo. E o que mais preocupa a Google é que tanto a França quanto a Alemanha, considerados os países-pilares das principais decisões da UE, manifestaram apoio ao Artigo 13 - os franceses dizem que ele deve ser aplicado em todas as plataformas, independente do tamanho; já os alemães acreditam que tem que incidir em companhias com faturamento inferior a 20 milhões de euros (US\$ 22,6 milhões ou R\$ 84,6 milhões).

Agora, a Reforma dos **Direitos Autorais** vai para a votação no Parlamento Europeu em março ou abril. Caso seja aprovada, deve começar a vigorar em 2021.

## Índice remissivo de assuntos

**Patentes**

3, 6

**Inovação**

5, 7

**Marco regulatório | INPI**

5, 6, 7

**ABPI**

7

**Propriedade Intelectual**

7

**Denominação de Origem**

7

**Direitos Autorais**

10